

Finalmente, governo devolve salários. A luta agora é para anistiar a reposição das horas

Depois de muita enrolação e várias idas e vindas dos sindicalistas ao Ministério do Planejamento e demais órgãos, o governo finalmente devolveu o restante dos salários confiscados em função da greve. O pagamento foi autorizado em folha suplementar de 15/10. Para garantir a devolução, a direção da Condsef enfrentou uma verdadeira maratona para assinar os termos de acordo setoriais de reposição dos dias da greve (disponíveis no www.sindsep-df.com.br), exigência do secretário de Relações do Trabalho (SRT/ MPlanejamento), Sérgio Mendonça, que homologou os termos. Agora, o Sindsep-DF luta para que as horas ainda não compensadas sejam anistiadas, visto que a greve foi legal e legítima e jamais poderá ser considerada como falta ao trabalho e por isso não pode ser descontada na folha de pagamento e nem constar como ausência ao trabalho nos registros funcionais.

Neste sentido, o sindicato orienta aos servidores que não assinem a opção individual que alguns Termos permitem para a não compensação dos dias parados, pois além de implicar em registro das faltas e desconto na folha de pagamento, abre um precedente gravíssimo, uma vez que o próprio trabalhador reconhece que o patrão pode descontar os dias da greve no seu salário.

O sindicato lembra que ainda tem muito tempo para a reposição dos dias parados, alguns cronogramas terminam em 2014. Além disso, o fato de a Condsef ter assinado os acordos não impede uma nova negociação com o governo. No entanto, para que o sindicato saia vitorioso nesta negociação, é necessário que os servidores mantenham a mobilização

nos locais de trabalho. Pois foi graças à unidade da categoria que o governo se viu obrigado a sair do zero de reajuste em 2012.

Negociação coletiva

Ao mesmo tempo em que luta pela anistia das horas da greve, o Sindsep-DF organiza a mobilização pela regulamentação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que prevê a negociação coletiva no serviço público. Na avaliação da direção, a demora na devolução dos salários e a absurda exigência de compensação dos dias parados além de ser uma tentativa do governo de ofuscar a vitória dos servidores e das entidades representativas do funcionalismo, só ocorre porque não existem regras para a negociação coletiva no âmbito do serviço público. A falta de regulamentação também se refletiu nos inúmeros ataques do governo Dilma ao direito de greve, por meio do corte do ponto e da publicação do Decreto 7.777/12, que autoriza a contratação de fura-greves. Todos esses assuntos serão discutidos no 15º Congresso do Sindsep-DF, que será realizado de 6 a 8 de dezembro, e que visa instrumentalizar o sindicato e os servidores para a luta em 2013 (ver edital).

Retaliações aos grevistas

O servidor que sofrer qualquer retaliação em função da adesão à greve, como perda de gratificação, DAS ou FCT; desvio de função, entre outros, deve comunicar imediatamente ao Sindsep-DF por e-mail (greve@sindsep-df.com.br) ou diretamente na Secretaria-Geral (16º andar do Ed. Seguradoras) para que sejam as tomadas as medidas cabíveis.

15º Congresso do Sindsep-DF: Edital de Convocação

De acordo com os artigos 62, 63, 64 e 79 dos Estatutos, fica convocado o 15º Congresso do Sindsep-DF para os dias 6 a 8 de dezembro de 2012 com a seguinte pauta:

- 1) Conjuntura política nacional e internacional;
- 2) Avaliação da Campanha Salarial 2012;
- 3) Plano de Luta;
- 4) Alteração estatutária.

O Congresso se realizará no Auditório da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) – Luziânia/GO.

Os delegados com direito a voz e voto serão eleitos em assembleias de filiados por local de trabalho, na proporção de 1 (um) delegado para cada 10 (dez) filiados presentes ou fração de 7 (sete), limitados a 1 (um) delegado para cada 100 (cem) filiados, ou fração acima de 50 filiados, conforme listagens emitidas pelo Sindsep-DF. A condição para votar e ser votado nas assembleias é estar filiado até o dia da realização da referida assembleia. O filiado só poderá assinar a lista de presença de uma única assembleia, na qual terá direito de votar e ser votado.

As assembleias serão convocadas e conduzidas pela Diretoria do Sindsep-DF no período de 29 de outubro a 23 de novembro de 2012 e só terão validade quando previamente divulgadas pelo Sindsep-DF no jornal Esplanada Geral ou no site do sindicato. Os membros da Diretoria Executiva são delegados natos (Art. 63).

Serão objeto de debate e deliberação no 15º Congresso do Sindsep-DF as contribuições dos filiados, digitadas com um máximo de 10 (dez) laudas, entregues à Diretoria até o dia 9 de novembro de 2012, às 18 horas, na Secretaria-Geral do Sindsep-DF, em mídia digital, ou por e-mail (geral@sindsep-df.com.br).

Brasília, 22 de outubro de 2012

Oton Pereira Neves

Secretário-geral do Sindsep-DF

Servidores denunciam maus-tratos

A direção do Sindsep-DF solicitou ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, audiência em regime de urgência para tratar de questões graves denunciadas pelos servidores da Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) e que estão ocasionando uma situação insustentável, com vários acometidos por doenças resultantes das relações de trabalho, e claros indícios de assédio moral praticados pelos principais dirigentes daquele órgão.

Em reunião no dia 16/10, os servidores relataram ao secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, uma série de situações absurdas que vêm enfrentando, como a atribuição de tarefas excessivas, estranhas ou incompa-

tíveis com o cargo, ou em condições e prazos inexecutáveis; a retirada de gratificação sem explicação plausível; e até mesmo brincadeiras de mau gosto como "lá vem o rei do atestado médico"; e até cobranças de trabalho por meio do telefone particular do servidor e fora do expediente. Os servidores relataram que em função do assédio moral, aumentou consideravelmente o índice de doenças relacionadas à questão, tais como depressão, palpitações, tremores, distúrbios do sono e digestivo, hipertensão, dores generalizadas, perda da motivação, da criatividade e da capacidade de liderança, além da queda da produtividade.

Segundo relato dos servidores, essas situações são provocadas pelo

secretário-geral da Junta, Luiz Fernando Pereira de Figueiredo, pelo diretor do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), João Elias Cardoso, e o mais grave, com a total complacência da presidente da JCDF, Cristiane Hanashiro Okada.

Outra situação que será tratada na audiência é a carga horária dos servidores da JCDF, que era de seis horas diárias e passou para oito. O problema é que a direção da Junta vem se negando a autorizar a redução da carga horária mesmo o servidor aceitando a correspondente redução salarial e muitos têm enfrentado sérios problemas por isso. O sindicato irá tomar todas as medidas necessárias para reverter a situação.

Retroativo da PASUS sairá em novembro

A Secretaria de Administração Pública do GDF informou à direção do Sindsep-DF que deve ser efetuado em novembro o pagamento do retroativo da Parcela Autônoma de Integração ao Serviço Único de Saúde do DF (PASUS-DF), que corresponde ao período de novembro a dezembro de 2011, acrescentando ainda o 13º, juros e correções. Segundo a assessoria do secretário Wilmar Lacerda, caso o pagamento não seja incluso na folha de outubro, será efetivado em folha suplementar. O montante a ser liberado é de aproximadamente R\$ 417 mil, que será distribuído entre os servidores da Funasa e do Ministério da Saúde cedidos ao GDF dos níveis auxiliar e intermediário.

Convênio 753

Para efetivar a renovação do Convênio 753 (que mantém a cessão ao GDF de 162 servidores do Ministério da Saúde e da Funasa que atuam no combate às endemias) a Funasa Presidência solicitou à Secretaria de Saúde do DF (SES-DF) a relação dos servidores dívida entre os que exercem atividades no campo e atividades administrativas. A SES-DF fez a mesma solicitação à Diretoria de Vigilância Ambiental do DF (DIVAL). A partir do atendimento desta última solicitação, a direção da Funasa se comprometeu a providenciar a publicação no Diário Oficial da União (DOU) da prorrogação do Convênio por mais um ano. A direção do Sindsep-DF continuará acompanhando os tramites e, se necessário, fazendo gestões para que o Convênio seja renovado.

Servidores do INMET na Carreira de C&T

Durante a solenidade de abertura do XVII Congresso Brasileiro de Meteorologia (CBMet), dia 23/08, realizado em Gramado/RS, os servidores do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) estenderam uma faixa de protesto na escadaria de acesso aos estandes contra o parágrafo da Lei 12.702/12 que impede a inclusão imediata dos atuais servidores do órgão no Plano de Carreiras da Ciência e Tecnologia. A faixa foi observada por diversas autoridades públicas e por centenas de participantes, o que fez com que a mensagem chegasse ao mi-



nistro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro, mesmo ele não tendo compa-

recido à abertura do evento. A luta pela inclusão da categoria na Carreira de C&T continua.

Audiência pública reafirma necessidade de retorno

A Comissão de PDVistas do Sindsep-DF (ex-servidores que foram induzidos a aderir ao Plano de Demissão Voluntária - PDV do Governo FHC) participou no dia 16/10 de audiência pública na Câmara dos Deputados, promovida pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para discutir o Projeto de Lei 4293/2008 que concede anistia aos PDVistas.

A audiência foi solicitada pelo deputado Zequinha Marinho (PSC-PA) que a presidiu. O diretor da Condsef, Luiz Carlos Macedo, compôs a mesa que contou com a presença do advogado-geral da União substituído, Fernando Luiz Albuquerque Faria; do procurador do Trabalho e coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (CONAP), Alpiniano do Prado Lopes; e do representante do Fórum Nacional dos PDVistas, Jorge Wilson Lara Godoy. O relator da matéria, deputado André Vargas (PT-PR) não compareceu. Após muito debate e ouvir os questionamentos do representante do governo, Fernando Luiz Albuquerque Faria, visto que no mo-



mento a intenção do Executivo é barrar a aprovação do texto, o deputado Zequinha argumentou que o governo tem tratado essa questão apenas como números. "Sabemos que o Executivo não quer tratar desse assunto, mas a causa é essencial pra vida de muita gente. O número de PDVISTAS não é tão grande no Brasil como muita gente diz e entende ser isso a causa de grandes prejuízos financeiros. Temos de 45 a 50 mil no máximo. Em uma nação como a nossa, não significa muita coisa. Nosso compromisso com a classe é de trabalharmos em um voto paralelo para derrubar um possível

parecer contrário do relator e ajudar esse povo que tem sofrido muito há anos esperando por justiça", declarou. Todos os demais deputados presentes à audiência também se manifestaram favoráveis ao PL.

Ao final, Zequinha e os deputados Cleber Verde (PRB-MA) e João Dado (PDT-SP) se comprometeram a intervir junto ao relator deputado André Vargas no sentido de sensibilizá-lo a dar um voto favorável ao texto. A direção do Sindsep-DF em conjunto com a Comissão de PDVista vai continuar acompanhando o PL e lutando em defesa do retorno da categoria ao serviço público.

Vitória: mais um sindicalista é reintegrado ao serviço público

O Sindsep-DF conseguiu reverter na Justiça mais uma demissão fruto de perseguição política, desta vez na Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O servidor Nery Kluwe de Aguiar Filho foi demitido no dia 10/04/2010, quando ainda era coordenador da Seção Sindical do Sindsep-DF no órgão (cujo mandato vigorou até 2011), e depois de responder a 13 Processos Administrativos Disciplinares (PADs). Na época, Kluwe estava há 34 anos e oito meses no serviço público.

A reintegração do servidor foi determinada pelo ministro Celso de Melo, do Supremo Tribunal Federal (STF), que acatou o parecer do subprocurador-geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, que considerou a demissão contrária aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade ao analisar o Recurso

Ordinário em Mandado de Segurança nº 30.809 impetrado pelo Sindsep-DF. A decisão foi publicada em 20/09/2012.

Essa vitória não é apenas do servidor ou do Sindsep-DF, mas principalmente da classe trabalhadora, visto que o exercício da militância sindical no interior da ABIN não é tarefa fácil, diante autoritarismo existente no órgão, remanescente da ditadura militar.

Vale lembrar que outros companheiros desassombrosos e convictos no encaminhamento das lutas dos trabalhadores daquele órgão, a exemplo de João Luis Batista, Luiz Henrique Lima Rocha, e muitos outros, que sofreram implacáveis perseguições, também tiveram seus direitos restabelecidos, mediante histórica e competente atuação do Departamento Jurídico do Sindsep-DF, sob a liderança do Dr. Ulisses Borges de Resende e coordenação de Reinaldo Felipe dos Santos.

Audiência pública discutirá gestão e financiamento do plano

No dia 8 de novembro, a Câmara dos Deputados realiza no Plenário 07 (Espaço das Comissões) audiência pública para discutir o sistema de gestão e formas de ampliação do financiamento do plano de saúde de autogestão GEAP (Fundação de Seguridade Social). A audiência foi solicitada pela deputada Érika Kokay (PT-DF) a Comissão de Segu-

ridade Social e Família (CSSF) e será realizada às 9h. A direção do Sindsep-DF comparecerá à audiência e convida todos os filiados a participar, pois considera de suma importância discutir formas para superar os problemas gerenciais do plano e para levar o governo a valorizar e a investir na GEAP como parte de sua política de recursos humanos.

Aposentados e Pensionistas

Ato cobrará agilidade no julgamento de ações

Nesta terça-feira (23/10), os aposentados e pensionistas da base do Sindsep-DF realizam um ato na Praça dos Três Poderes em repúdio à morosidade do Supremo Tribunal Federal (STF) em

judgar as ações de interesse do setor, como os 28,86% que vai completar 20 anos. O ato está marcado para as 10h. O Sindsep-DF disponibilizará ônibus aos aposentados saindo da rodoviária do Plano Piloto às 9h.